

A PRESIDÊNCIA DO BRASIL NO G20 2024: ENTRE O RESGATE DA TRADIÇÃO E A INOVAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Kenzo Linderski Viana¹

RESUMO

Este trabalho destaca o papel da presidência do Brasil no G20 2024 para a recuperação do prestígio internacional do país, defasado durante o governo anterior, alinhado às principais inovações realizadas pela liderança do governo Lula frente ao fórum. A partir de uma abordagem metodológica descritiva e histórica, por meio de fontes primárias e secundárias, o presente artigo é estruturado com base na compreensão das origens do G20, do papel do Sul Global no sistema internacional e da política externa brasileira ao longo dos anos, servindo como apoio para a plena compreensão da presidência brasileira no G20 2024 e seus desdobramentos. A plural atuação do governo brasileiro durante sua presidência no Grupo dos Vinte evidencia a direta contribuição do Brasil para a reafirmação do país como importante ator para o desenvolvimento das pautas sociais, ambientais e inclusivas, a exemplo da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza e o G20 Social. Destaca-se, também, a importância da presidência do Brasil no G20 2024, ao reiterar seu compromisso com o Sul Global, com a reforma das instituições financeiras e com a paz, principalmente em um contexto internacional marcado por ameaças ao multilateralismo, pela ascensão da extrema direita e da reconfiguração da ordem internacional.

Palavras-chave: G20; Multilateralismo; Política Externa Brasileira; Sul Global.

ABSTRACT

This study highlights the role of Brazil's presidency of the G20 in 2024 in restoring the country's international prestige, which had decli-

ned during the previous administration, and in implementing key innovations under President Lula's leadership within the forum. By using a descriptive and historical methodological approach, based on primary and secondary sources, the article is structured around an understanding of the G20's origins, the role of the Global South in the international system, and the trajectory of Brazilian foreign policy over the years, providing a foundation for a comprehensive analysis of Brazil's G20 presidency in 2024 and its ramifications. The broad scope of Brazil's actions during its presidency demonstrates the country's direct contribution to advancing social, environmental, and inclusive agendas, exemplified by initiatives such as the Global Alliance Against Hunger and Poverty and the G20 Social. The study also underscores the significance of Brazil's presidency of the G20 in 2024 by reaffirming its commitment to the Global South, to the reform of financial institutions, and to peace, particularly in an international context marked by threats to multilateralism, the rise of the far right, and the reconfiguration of the global order.

Keywords: G20; Multilateralism; Brazilian Foreign Policy; Global South.

INTRODUÇÃO

A presidência brasileira no G20 2024 destacou-se pelo seu teor social, ambiental e inclusivo. A partir de inovações como o G20 Social e a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, o Brasil evidenciou sua capacidade em liderar o maior fórum multilateral da atualidade. Como país em desenvolvimento e representante do Sul Global, o Brasil, ao longo de sua presidência, conquistou importantes avanços, priorizando pautas sustentáveis, reformistas e de igualdade entre as nações.

A partir do método da revisão bibliográfica em fontes primárias e secundárias, o presente artigo busca descrever o contexto da presidência brasileira no G20 2024, bem como os impactos decorrentes dela. O uso de declarações ministeriais, documentos, relatórios, discursos e

dados econômicos retirados dos sites oficiais do G20 e do FMI foram de extrema importância para a relação de dados oficiais, coletados diretamente da fonte. Além disso, o estudo conta com a contribuição de obras de importantes autores para as Relações Internacionais e para a Política Externa Brasileira, como Maurício Lyrio, Kassius Pontes, Oliver Stuenkel e Paulo Roberto de Almeida.

O artigo, originalmente apresentado como monografia em junho de 2025, explica como a presidência brasileira no G20 de 2024 contribuiu significativamente para uma retomada do prestígio internacional da tradicional política externa brasileira e da participação do Brasil nas principais iniciativas multilaterais internacionais vigentes, como o G20, haja vista o histórico recente da política externa brasileira nos últimos governos, mais precisamente entre 2016 e 2022, onde a condução da agenda internacional brasileira foi intensamente degradada e sucateada.

Com isso, a pesquisa evidencia a significância da presidência do Brasil no G20 2024, bem como o realinhamento da agenda do Itamaraty aos moldes tradicionais após o retorno de Lula, em 2023. A partir de inovações implementadas, seja na estrutura do fórum, seja na criação de novas iniciativas para o combate à fome e à pobreza, a liderança brasileira no G20 de 2024 foi determinante para a recuperação da imagem do país no exterior, para projetos de cunho social e ambiental e para a oportunidade de países em desenvolvimento terem voz internacionalmente.

O artigo divide-se em cinco seções. A primeira versa sobre a história e a evolução da estrutura do G20, bem como as crises econômicas do período. Já a segunda contribui com a compreensão da organização e estrutura do fórum – crucial para entender as inovações implementadas pelo Brasil durante sua presidência. A terceira busca compreender a tradição da política externa brasileira, servindo como base para entender a ruptura e o resgate da tradição por meio do G20 2024. Já a quarta pretende contextualizar como o Brasil se posicionou durante suas atuações no G20 entre o fim do século XX até 2024. Por fim, a última se-

ção descreve a agenda da liderança brasileira no G20 de 2024, destacando as inovações e impactos da política externa do terceiro governo de Lula para o fórum e para o prestígio brasileiro no exterior.

A ORIGEM DO G20 E SUA RELEVÂNCIA NO CENÁRIO GLOBAL

A presente seção procura contextualizar o histórico do G20, as causas para sua criação, sua evolução com o passar dos anos, e seus desdobramentos diante da diversa participação dos países do Sul Global no fórum. Desse modo, pode-se compreender como a presidência brasileira no G20 de 2024 foi importante e inovadora, principalmente no que concerne à representatividade dos países em desenvolvimento e às pautas socioambientais.

O G20, assim como outras iniciativas multilaterais internacionais, foi criado em decorrência de crises, como no caso da Organização das Nações Unidas (ONU), no cenário pós-guerra mundial, em 1945. Contudo, diferentemente da criação das Nações Unidas, o G20 surgiu em meio às crises econômicas que assolavam diversos países no fim do século XX. Apesar de o núcleo da derrocada econômica ter acontecido na Ásia, muitas outras nações foram imensamente prejudicadas, como México, Brasil e Rússia (Lyrio e Pontes, 2024).

Segundo Sachs e Radelet (1997), a explicação mais simples para a crise asiática, que posteriormente impactaria para que outras crises ao redor do globo ocorressem, está relacionada ao atrelamento das moedas dos países asiáticos ao dólar americano durante a década de 1990. As nações da região mantinham relações comerciais não apenas com os Estados Unidos, mas também com a Europa e com o mercado asiático, especialmente com o Japão. Contudo, a partir de 1995 o dólar passou por uma forte valorização em relação ao iene e a outras moedas europeias. Como consequência, as moedas do Sudeste Asiático também se valorizaram frente ao euro e ao iene, levando os exportadores da região a perderem competitividade nos mercados europeu e japonês.

De acordo com Lyrio e Pontes (2024), essas crises colocaram em evidência a desregulação dos mercados internacionais e a incapacidade das organizações de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial), bem como do G7, de coordenar uma resposta eficaz para o problema. Além disso, vale salientar que o conturbado momento financeiro e econômico do fim dos anos 1990 explicitou a possibilidade de que crises deflagradas em países em desenvolvimento também pudessem impactar as gigantes economias mundiais, contribuindo grandemente na busca por medidas que pudessem combater as crises, nesse caso o G20.

Diante do exposto, em 18 de junho de 1999, na cúpula do G7, realizada em Colônia, a partir das iniciativas de Paul Martin, Ministro das Finanças do Canadá, e Lawrence Summers, Secretário do Tesouro dos EUA, os líderes do G7 discutiram, oficialmente, a necessidade de um fórum mais amplo para lidar com crises financeiras globais e procurar estabilizar o sistema financeiro global e propuseram a criação do G20 (Kirton, 2010). Porém, apenas em 25 de setembro de 1999, em Washington, D.C., durante uma reunião dos ministros das Finanças do G7, foi anunciada, formalmente, a criação do G20, que teria sua primeira reunião oficial realizada em dezembro do mesmo ano, em Berlim.

Inicialmente, a configuração do G20 era composta por reuniões ministeriais realizadas anualmente entre os 20 membros, representados pelos seus ministros de Finanças e presidentes de Bancos Centrais para tratar de temas relacionados à economia global, destacando, assim, o exclusivo teor econômico do fórum até então. A escolha dos países a integrarem o Grupo dos Vinte foi feita por Paul Martin e, posteriormente, validada por Lawrence Summers, com o intuito de reunir as principais economias mundiais, além do G7, que já entrou automaticamente, porém sem descartar a questão geográfica durante a escolha (Lyrio e Pontes, 2024).

Para representar a América do Sul, foram escolhidos Brasil e Argentina; para a América do Norte, em adição aos EUA e Canadá, foi escolhido o México. Já no continente asiático, China, Índia, Indonésia, Coreia do Sul e Arábia

Saudita² se juntaram ao Japão. Na Europa, a composição ficou entre Alemanha, França, Itália, Reino Unido, Turquia e Rússia, além da União Europeia como membro adicional. Na Oceania, a Austrália tomou o seu posto. Para representar o continente africano estavam cotados África do Sul e Nigéria, contudo apenas a África do Sul ingressou. Conforme apontado por Paul Martin, citado por Perreault (2019), a Nigéria não conseguiu resolver uma questão interna a tempo de participar da primeira reunião, ficando, assim, de fora do G20.

Após a primeira reunião do G20 em 1999, o fórum manteve-se em constante evolução, havendo reuniões ministeriais anuais ao longo do início da primeira década do século XXI, onde os países membros continuaram a discutir a reforma da governança financeira global e a maior representatividade dos países emergentes nas pautas econômicas mundiais. Entretanto, Lyrio e Pontes (2024) classificam o primeiro período do G20 (1999-2008) como um fórum até então sem destaque, mesmo que tenha obtido significado histórico como um espaço diverso para as principais pautas financeiras da época.

Por outro lado, Kirton (2010) julga a primeira fase do G20, antes de sua elevação ao nível de cúpulas de chefe de estado, como crucial e determinante para a institucionalização de um fórum mais justo e igual entre os membros, principalmente no que se diz respeito à oportunidade dos países do Sul Global em sediar as reuniões do G20 à época. Entre 2002 e 2008, todas as reuniões ministeriais do G20 foram sediadas por países em desenvolvimento, com exceção de 2004, que foi liderada pela Alemanha.

Posteriormente, após o rápido escalamento da crise econômica de 2008, ocasionada pela falência do banco estadunidense Lehmann Brothers e a grande recessão econômica mundial, o então presidente dos Estados Unidos, George Bush, realizou, de forma emergencial, a primeira cúpula em nível de chefes de Estado com o intuito de criar soluções conjuntas para o momento. A crise foi tão séria que, de acordo com Roubini e Mihn (2010), entre o fim de 2008 e o início de 2009, a economia global sofreu contração proporcional àquela vista durante a crise de 1929.

Inicialmente, a ideia era que ocorresse uma reunião entre os países do G8 com convites às outras principais nações emergentes, entretanto, como bem apontam Lyrio e Pontes (2024, p.30): “Manter outras grandes economias fora da mesa de debates era um risco que poderia comprometer os esforços de enfrentamento da recessão que se iniciava”. Vale lembrar, ainda, o determinante papel desempenhado pelas nações emergentes durante suas lideranças no G20 no início do século XXI. Inclusive, a primeira cúpula de Washington ocorreu pouquíssimo tempo após a última reunião ministerial, sediada pelo Brasil, que à época, já defendia a reforma nas instituições de Bretton Woods, bem como maior representatividade dos países emergentes em tais organismos, como bem apontou o presidente Lula durante o encerramento do G20 em São Paulo:

É amplamente reconhecido que o G-7 sozinho não tem mais condições de conduzir os assuntos econômicos do mundo. A contribuição dos países emergentes é também essencial. Precisamos de uma nova governança, mais aberta e participativa. O Brasil está pronto a assumir sua responsabilidade. Esta não é a hora de nacionalismos estreitos, de soluções individuais. É hora de um pacto entre governos para a criação de uma nova arquitetura financeira mundial, capaz de promover segurança e desenvolvimento em bases equitativas para todos. Essas reformas devem ser norteadas pelos seguintes princípios: Representatividade e legitimidade: As instituições financeiras globais devem se adequar à nova realidade econômica. Devem abrir-se à maior participação dos países emergentes e em desenvolvimento (Silva, 2008, sem página).

Diante da dificuldade de solucionar uma crise de tais magnitudes em pouco tempo, alguns meses após a primeira reunião de chefes de estado do G20, outra cúpula de líderes foi realizada, dessa vez em Londres. A cúpula foi extremamente importante para os avanços da contenção da crise, principalmente para os países emergentes, já que houve a ampliação dos recursos do FMI para US\$ 1,1 trilhão. Além disso, o Fórum de Estabilidade Financeira (FSF), criado em 1999 em meio à crise asiática, foi ampliado e modificado, tendo sido renomeado para Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) e passando a abranger todos os países do G20,

juntamente às instituições financeiras (G20, 2009).

De acordo com Lyrio e Pontes (2024, p.32), o G20 foi consolidado-se, de fato, como principal meio de combate à crise econômica em setembro de 2009, durante a cúpula de Pittsburgh. A declaração adotada nessa ocasião consignou explicitamente que o G20 se tornava “o principal fórum global para cooperação econômica internacional”, minando ainda mais a hegemonia do G7 no cenário internacional. Conforme relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2010), a resposta política dos países do G20 à crise mundial foi rápida, decisiva e em grande escala.

Com exceção dos primeiros anos da nova era do G20, entre 2008 e 2010, em que as cúpulas foram totalmente presididas por países do G7, nos anos seguintes, o G20 foi majoritariamente realizado em países não membros do G7. A cúpula de 2010, realizada em novembro, em Seul, na Coreia do Sul, ficou marcada como a primeira a ser presidida por um país fora do tradicional Grupo dos 7. Além disso, pela primeira vez, questões de política de desenvolvimento estavam na agenda da cúpula, que veio a ser conhecida como o “Consenso de Seul”, marcando a introdução da pauta como parte da agenda de todas as cúpulas subsequentes (G20, 2010).

Nos anos seguintes, outros países emergentes tiveram a oportunidade de presidir o fórum: México, em 2012, sendo o primeiro latino-americano a presidir uma cúpula; Rússia, em 2013; Turquia, em 2015; China, em 2016; Argentina, em 2018; Arábia Saudita, em 2020, com a primeira cúpula virtual da história, em ocasião da pandemia de Covid-19; Indonésia, em 2022; Índia, em 2023 e Brasil, em 2024. De uma forma geral, nessas cúpulas, foram discutidas medidas com ênfase na proteção climática e ambiental, comércio e negociações justas, crise migratória, segurança alimentar e reforma das instituições.

Conclui-se, então, após uma análise do histórico do G20, bem como o contexto político-econômico dos anos 1990, a importância do fórum para o fomento do multilateralismo e da representatividade dos países do Sul Global em

um contexto de grande assimetria de poder e influência entre as principais nações no sistema internacional da época.

**ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E
FUNCIONAMENTO DO G20**

O seguinte capítulo visa ao entendimento da estrutura, organização e do funcionamento do G20, que, como visto anteriormente, passou por diversas mudanças, tendo se tornado mais plural e abrangente, adotando múltiplas pautas além das discussões estritamente econômicas, como era o seu foco inicial.

De 1999 a 2008, o G20, como visto, era organizado a partir da realização de reuniões ministeriais dos Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais dos 20 países membros, que se reuniam para discutir pautas estritamente econômicas. A partir de 2008, com a elevação do fórum ao nível de cúpulas de chefes de Estado, a estrutura do G20 foi reformulada, com a implementação de novas discussões e uma reformulação.

Além da então Trilha Financeira, o G20 passou a contar com a Trilha Sherpa – uma agenda mais ampla que compõe diversas pautas, como agricultura, desenvolvimento e emprego. Ambas as trilhas contam com os grupos de trabalho (GTs), além das forças-tarefa (implementadas pelo Brasil em 2024).

A Trilha Financeira versa exclusivamente sobre assuntos econômicos, mantendo a proposta de origem do G20. Como afirmam Lyrio e Pontes (2024), entre os principais objetivos da Trilha Financeira, destacam-se a mitigação de riscos na esfera econômico-financeira; garantir níveis adequados de crescimento das economias dos países-membros; manter a integridade e resiliência dos sistemas financeiros; e reduzir desequilíbrios globais, evitando-se, assim, o escalamento de novas crises.

Já a Trilha Sherpa é conduzida pelos Sherpas designados pelos países membros, e geralmente composta por 15 grupos de trabalho, podendo variar de presidência para presidência. O Sherpa indicado pelo governo brasileiro em 2024 foi o embaixador Mauricio Lyrio, então Secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros

do Itamaraty. Ao longo da presidência brasileira, Maurício liderou os 15 grupos de trabalho da trilha, que tratavam desde temas como cultura até empoderamento feminino (G20, 2025).

Além disso, um fato importante da estrutura do G20 é a escolha do país a exercer a presidência em determinado ano. O fórum opera de acordo com o sistema de troika, implementado em 2002, ainda durante o formato antigo (Lyrio e Pontes, 2024). O sistema é composto pelo país da presidência atual, o país da presidência anterior e o país que exercerá a presidência no ano seguinte, o que permite maior interatividade e troca de informações entre os membros. Por exemplo: a troika do G20 2024, no Brasil, foi formada por Índia (presidente anterior), Brasil (presidente atual) e África do Sul (presidente futuro).

A escolha para presidente é feita a partir da divisão dos 19 países membros em 5 grupos³, com no máximo 4 países em cada grupo, a partir do critério geográfico, apesar de algumas exceções (G20, 2025). A atual composição dos cinco grupos dos países membros é a seguinte:

Quadro 1 - Divisão dos grupos dos países do G20.

GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3	GRUPO 4	GRUPO 5
Arábia Saudita	África do Sul	Argentina	Alemanha	China
Austrália	Índia	Brasil	França	Coreia do Sul
Canadá	Rússia	México	Itália	Indonésia
Estados Unidos	Turquia	-	Reino Unido	Japão

Fonte: Elaboração própria com dados do G20 (2025).

Como observado na tabela acima, apenas os grupos 1 e 2 não seguem o critério geográfico para as suas divisões, já que são compostos por países de diferentes continentes. Além disso, conforme Lyrio e Pontes (2024), não há uma regra formal que estabelece o processo de seleção do país que exercerá a presidência do fórum, bastando que o país interessado manifeste inicialmente essa disposição aos demais integrantes do grupo a que pertence e, posteriormente, aos demais membros do G20.

Diante do exposto, a compreensão de como funciona o G20, a escolha dos países a exercerem a presidência rotativa, bem como a gestão das trilhas do fórum, são de extrema importância para entender a presidência do Bra-

sil no G20 2024, que propôs e adotou medidas inovadoras durante o ano de 2024, como a implementação de forças-tarefa e os esforços para a resolução de pautas relevantes, como a fome e a pobreza extrema.

A TRADICIONAL POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Com vistas à uma boa compreensão da atuação do governo brasileiro frente ao G20 2024, é crucial entender a forma como o Brasil se posicionou internacionalmente ao longo dos anos e como a diplomacia nacional desempenhou importantes feitos nas principais iniciativas multilaterais internacionais do mundo contemporâneo.

Desde a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988, os princípios do posicionamento internacional brasileiro estão bem estabelecidos e explicados no art. 4º do texto, que versa sobre independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não-intervenção, igualdade entre os Estados e solução pacífica dos conflitos. Além disso, o parágrafo único do artigo salienta a busca pela integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (Brasil, 1988, art. 4º).

A história das relações internacionais do Brasil e os motivos para o prestígio da diplomacia brasileira, entretanto, datam de muito tempo antes da redemocratização e a atual Constituição Federal. Para além das questões fronteiriças e das guerras na região do Cone Sul – marcas dos primórdios da diplomacia brasileira –, o Brasil teve importantes contribuições para a constituição das principais iniciativas multilaterais internacionais ao longo do século XX, como a Conferência de Haia, a Organização das Nações Unidas e as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial).

De acordo com Amorim (2007), a participação do Brasil na Conferência de Haia representou o ingresso do país na cena internacional, sendo o primeiro encontro universal com a presença brasileira, que reforçou sua

posição a favor da igualdade entre Estados e do multilateralismo. Posteriormente, como pontuam Cervo e Bueno (2008), o cenário pós-guerra deixou evidente a necessidade da execução de alternativas para lidar com a nova ordem internacional, como a criação de organizações internacionais multilaterais, a título de exemplo a Organização das Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

No contexto da ONU, a delegação brasileira, chefiada por Oswaldo Aranha, desempenhou um papel ativo nas negociações, mediando discussões e defendendo princípios como a não-intervenção e a solução pacífica de disputas – características que se tornaram marca da diplomacia brasileira. Além disso, o Brasil permaneceu firme na busca por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), projetando-se como um representante da América Latina e do Sul Global no órgão.

Paralelamente ao surgimento da ONU, Almeida (2014) elogia a atuação do Brasil como um dos membros fundadores das instituições de Bretton Woods, destacando sua importância e representatividade na origem das primeiras discussões a respeito da constituição de uma entidade voltada para a estabilização monetária e cambial. A participação brasileira na criação das instituições de Bretton Woods converge com a presidência do país no G20 2024, onde, em ambas oportunidades, o Brasil destacou-se na luta por reforma, representatividade e igualdade para os países emergentes nas pautas econômicas internacionais.

Apesar de o Brasil ter importância em diversos outros momentos de suas relações exteriores, as atuações brasileiras mencionadas acima são interessantes para entender porque a diplomacia do Brasil é tão aclamada e prestigiada por outras nações. A histórica postura brasileira a favor do multilateralismo, da negociação, da representatividade dos países em desenvolvimento e da resolução de conflitos por meios pacíficos servem como base para a compreensão da presidência brasileira no G20 2024, bem como para entender como o país resgatou seu prestígio internacional e realinhou sua política externa aos moldes tradicionais após

o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

O BRASIL E O G20

Além do entendimento da política externa brasileira com o passar dos anos, a fim de versar sobre a presidência do Brasil no Grupo dos Vinte em 2024, é válido compreender como os diferentes governos brasileiros se posicionaram ao longo do século XXI durante suas participações no fórum.

Como membro fundador, o país participou diretamente das primeiras reuniões ministeriais, expondo suas reivindicações baseadas nos impactos das crises econômicas do fim do século e na política liberal de abertura comercial de Fernando Henrique Cardoso. Contudo, de acordo com Burges (2009), apesar do pensamento liberal de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a política externa de seu governo adotou o tradicional pensamento brasileiro, marcado pelo multilateralismo, busca por autonomia e diálogo. Como aponta Chossudovsky (1999), já durante a primeira reunião do fórum, em 1999, a delegação brasileira, chefiada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e pelo presidente do Banco Central, Armínio Fraga, destacou a importância de uma maior inclusão de países em desenvolvimento na governança financeira global, além de criticar ações do FMI em relação às economias dos países emergentes – posicionamento mantido durante os seguintes anos em que o Brasil atuou no G20 sob o governo de FHC.

Com a transição de governo de FHC para Lula, a política externa brasileira e a postura do Brasil nos órgãos internacionais não se alterou, mas se aprofundou. O Brasil, como nunca havia feito antes, sob a liderança do chanceler Celso Amorim, reforçou o multilateralismo, a Cooperação Sul-Sul e a integração regional (Vigevani e Cepaluni, 2007).

No G20 não foi diferente. Ao longo dos oito anos sob o governo Lula, o Brasil destacou-se grandemente em suas participações no fórum, tendo, inclusive, como visto, presidido o último G20 em formato de reunião ministerial, em 2008. Dentre as principais participações brasileiras no período, destacam-se as de Melbourne, Kleinmond, Pittsburgh, Toronto, bem como a de São Paulo, já mencionada na primeira seção.

As reuniões de Melbourne e Kleinmond, em 2006 e 2007, respectivamente, protagonizaram a pauta do crescimento econômico sustentável. Para Almeida (2007), a delegação brasileira obteve crucial desempenho em ambas as reuniões, destacando o compromisso brasileiro com o crescimento sustentável a partir do sucesso de suas políticas domésticas voltadas à redução da pobreza, como o Bolsa Família.

Posteriormente, na cúpula do G20 em Pittsburgh, realizada em 2009, os países membros do então BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) conquistaram um feito importante – um aumento de 5% na representação dos países do bloco no FMI e de 3% no Banco Mundial, apesar de pleitearem 7% e 6% respectivamente. Na época, o presidente do Brasil classificou o efeito como uma vitória extraordinária, destacando a importância dos países em desenvolvimento e a insuficiência das instituições e das grandes potências (Silva, 2009).

Já durante a cúpula de Toronto, em 2010, o Brasil permaneceu trabalhando em benefício dos países em desenvolvimento, opondo-se a novos impostos bancários e lutando por um crescimento econômico mais inclusivo. Contudo, segundo Hirst (2011), a participação brasileira em Toronto obteve destaque após a apresentação de propostas relacionadas à saúde, refletindo a postura brasileira com temas sociais e ampliando o escopo do fórum.

A partir de 2011, com a ascensão da presidente Dilma ao poder, a política externa brasileira e a participação do país nas iniciativas multilaterais internacionais sofreram algumas mudanças relevantes. Opostamente ao que o governo Lula propunha no âmbito internacional, com um grande enfoque no multilateralismo e na Cooperação Sul-Sul, de acordo com Hirst (2013), a identidade internacional de Dilma adotou uma postura mais pragmática, com enfoque nas questões ambientais e econômicas, influenciadas diretamente por crises domésticas.

Entre os principais feitos de Dilma no G20, destaca-se a participação do país em Cannes, quando o Brasil liderou iniciativas, em parceria com os BRICS, para solucionar e criar soluções econômicas para a crise na Zona do Euro. Além disso, o país apoiou o lançamento do Sistema de Informação de Mercado Agrícola (AMIS) e a ado-

ção do Plano de Ação sobre Volatilidade de Preços de Alimentos e Agricultura, contribuindo para a promoção do trabalho e da segurança alimentar (G20 Information Centre, 2011).

Diante da deposição da então presidente Dilma e o advento do governo Temer, a política externa brasileira sofreu fortes mudanças, iniciando, de certa forma, uma ruptura da tradição da diplomacia brasileira até então vista. Para o âmbito regional sul-americano, como aponta Oliveira (2020), o Brasil liderou o boicote à presidência venezuelana no Mercosul em 2016, o que culminou na suspensão do país do bloco e no esfriamento das relações diplomáticas Brasil-Venezuela. Além disso, a retirada do país da UNASUL e adesão ao Grupo de Lima foi uma medida completamente política e de grandes prejuízos à integração latino-americana – prioridade nos governos anteriores (Oliveira, 2020).

Para o G20, a atuação do Itamaraty de José Serra ficou marcada pela defesa do livre comércio mundial, pela crítica ao protecionismo e pelo alinhamento com a Agenda 2030 da ONU (G20, 2016). Apesar da reorientação econômica do governo de Michel Temer e as medidas mencionadas acima, a atuação brasileira durante os três anos de Temer não se destoou tanto do que vinha sendo feito no Grupo dos Vinte – como o apoio brasileiro às medidas ambientais da cúpula de Hamburgo (2018) e as críticas ao governo estadunidense pela retirada do país do Acordo de Paris (Hochstetler, 2018).

A partir de 2019, como bem coloca Almeida (2019), a política externa de Jair Bolsonaro ficou marcada por uma ruptura e degradação do que o Itamaraty vinha fazendo (até o governo Temer), em especial nos últimos trinta anos. De acordo com Oliveira (2020), já em seu discurso de posse, o Chanceler escolhido por Bolsonaro, Ernesto Araújo, deixou claro quais países seriam parceiros prioritários do Brasil, como EUA, Israel, Itália, Hungria e Polônia – governos alinhados ideologicamente ao brasileiro.

Para além do G20, é válido mencionar importantes acontecimentos do governo Bolsonaro que contribuíram fortemente para o desgaste e a ruptura da tradição brasileira em

suas relações internacionais. Consoante Hirst e Maciel (2022), o negacionismo climático e a falta de comprometimento do governo frente às pautas ambientais foi determinante para que o acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia esfriasse. Além disso, o Brasil não detinha de um projeto regional para a integração latino-americana, como de costume de sua tradicional diplomacia. O governo Bolsonaro intensificou as medidas realizadas pelo governo Temer, aproximando-se dos seus pares conservadores regionais (Piñera no Chile, Duque na Colômbia e Macri na Argentina), atuando no PROSUL e contribuindo para a o afastamento das relações com a Venezuela, importante e clássico parceiro regional (Hirst e Maciel, 2022).

Portanto, tal postura isolacionista e contrária ao multilateralismo do Itamaraty de Jair Bolsonaro explicitou-se diretamente nas participações brasileiras no G20, contribuindo diretamente para a falta de credibilidade do governo perante o mundo, principalmente no que se refere à gestão brasileira frente à pandemia de Covid-19 (OMS, 2021).

Dentre as quatro participações brasileiras no G20 no período (2019-2022), duas se destacaram (negativamente): a primeira na cúpula de Roma, em 2021 e a segunda na cúpula de Bali, em 2022. De acordo com Magenta (2001), a cúpula de 2021 ficou notada pela forte pressão internacional em relação aos compromissos brasileiros nas pautas ambientais e sanitárias. Além disso a política ambiental de Bolsonaro, sua decisão de não comparecer à COP26 e a condução do seu governo frente a pandemia de Covid-19, contribuíram significativamente para a deterioração e o isolamento da imagem brasileira em Roma.

Por fim, a última participação brasileira no G20 decretou a pífia gestão do Itamaraty de Bolsonaro. A cúpula de Bali, realizada em novembro de 2022, ficou marcada pela ausência do presidente do Brasil – que abandonara a sua gestão após a derrota nas eleições do mesmo ano para o presidente Lula – assinalando o Brasil como único país a não ser representado pelo seu chefe de Estado durante o evento (Stuenkel, 2023). Representada pelo Ministro das Relações Exteriores, Carlos França, a atuação brasileira em

Bali ficou limitada, contribuindo significativamente para a quebra da tradição e deterioração da política externa brasileira.

A AGENDA DO BRASIL NO G20 2024

Ainda em 2023, na cúpula de Nova Delhi, já com a presença do presidente Lula, o Brasil foi anunciado como presidente do G20 2024. Em seu discurso, o presidente Lula destacou as três prioridades do Brasil para sua presidência em 2024: (i) a inclusão social e o combate à fome, (ii) a transição energética e o desenvolvimento sustentável em três vertentes (social, econômica e ambiental) e (iii) a reforma das instituições de governança global. Além disso, o presidente destacou o compromisso brasileiro com a política sustentável e com a maior participação dos países emergentes no FMI e no Banco Mundial (Silva, 2023).

Como coloca Stuenkel (2024), iniciativas brasileiras para o G20, como as Forças-Tarefa Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza e para Mobilização Global Contra a Mudança do Clima, bem como o G20 Social são reflexos de políticas públicas domésticas realizadas pelo governo Lula, a exemplo do programa Pé de Meia, do retorno do Bolsa Família e do Farmácia Popular – cruciais para a assistência aos brasileiros socialmente vulneráveis.

As inéditas Forças-Tarefa implementadas pelo Brasil no G20 2024 foram inovações importantíssimas, não apenas para a estrutura do fórum e seus membros, mas como uma iniciativa conjunta multilateral com o objetivo de erradicar a fome em todos os países do mundo e lutar contra a mudança climática – questão que afeta a todos os países, sem exceção (Brasil, 2024).

Outra ação inédita para o G20 2024 foi a criação do G20 Social. Segundo o site oficial do G20 Brasil: “Uma das marcas do governo federal nesta gestão do presidente Lula é que a sociedade civil seja ouvida no processo de construção das políticas públicas. A determinação é a mesma para a agenda internacional” (Brasil, 2024, sem página). Reforçando o compromisso do governo brasileiro com uma maior representação na sociedade civil

nas discussões políticas, foi criado o G20 Social. O G20 Social – como o próprio nome diz – revolucionou o modo como a sociedade civil atuou e influenciou nas pautas do G20 2024. A partir dos 13 grupos de engajamento, os mais variados movimentos sociais e organizações não-governamentais puderam contribuir com a elaboração de projetos ao longo do ano de 2024, a serem apresentados durante a cúpula do G20 Social e, posteriormente, à cúpula de líderes.

Ademais, a presidência brasileira fez jus ao comprometimento com o desenvolvimento sustentável e com a transição energética sustentável, colocada como o segundo objetivo pela gestão brasileira. De acordo com o boletim 142 do governo brasileiro, programas e incentivos governamentais, a exemplo do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁴ e do Plano Inova Energia, que consiste em uma iniciativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social brasileiro (BNDES) para fomentar o desenvolvimento tecnológico de cadeias produtivas de energias renováveis (Brasil, 2024).

Consoante com Hochstetler (2024), tais medidas da condução do governo para o G20 2024 restauraram a liderança brasileira para as causas ambientais no âmbito internacional. Além disso, representando o país com a mais rica biodiversidade do mundo, o Brasil, ao longo de sua gestão, destacou a importância da economia sustentável e coordenou medidas inovadoras para o tema, entrelaçando diversas iniciativas do fórum para atingir seus objetivos no escopo do desenvolvimento sustentável.

Vale destacar, ainda, o convite do governo brasileiro a importantes e estratégicos parceiros a participarem do G20 2024, como os vizinhos sul-americanos, países africanos e asiáticos, resgatando umas das principais características da tradicional política externa brasileira – a integração regional, o multilateralismo e a representação dos países do Sul Global.

Por fim, entre os dias 18 e 19 de novembro de 2024, os líderes dos países membros se reuniram para a cúpula final dos líderes. A cúpula marcou o fim da notável presidência brasileira frente ao Grupo dos 20 e a passagem do bastão para a África do Sul – presidente em 2025, além

do lançamento da Declaração de Líderes, assinada e aderida por todos os países membros. O documento reforçou o compromisso dos países membros do G20 com as múltiplas pautas discutidas ao longo do ano de 2024, incluindo a taxaço dos super ricos, o cessar-fogo em Gaza e na Ucrânia, o desenvolvimento sustentável e a reforma da governança global (Brasil, 2024).

A assunção da presidência do G20 pela África do Sul representou a continuidade de uma agenda inclusiva e preocupada com os interesses dos países em desenvolvimento, com o meio ambiente e com o multilateralismo. A presidência brasileira foi bem-sucedida e reconhecida pelo seu sucessor. Segundo o site oficial do G20 África do Sul, o governo sul-africano reconheceu os avanços realizados pela presidência brasileira em aprimorar o G20 como um espaço de engajamento global democrático e comprometeu-se a continuar essa trajetória (G20, 2025).

Em contrapartida, de acordo com Guimarães (2024), é importante observar o fim da troika do Sul Global, com as respectivas presidências da Índia 2023, Brasil 2024 e África do Sul em 2025. Com a presidência do G20 2026 a ser exercida pelos Estados Unidos de Donald Trump, as prioridades serão muito distintas da troika do Sul Global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se, portanto, que a presidência brasileira no G20 foi essencial para a retomada do prestígio internacional da política externa brasileira e da participação do Brasil nas principais iniciativas multilaterais internacionais vigentes. A partir de inovações como a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza e o G20 Social, o Brasil mostrou seu comprometimento com as pautas pertinentes aos países do Sul Global, ao multilateralismo e ao meio ambiente.

Diante do histórico do G20 e a sua evolução, percebeu-se que, mesmo antes da presidência brasileira de 2024, o Brasil já atuava fortemente no fórum, desde o início lutando pela reforma das instituições financeiras, maior igualdade entre os países e sendo um dos principais representantes dos interesses do Sul

Global. Além disso, o trabalho destacou a ineficiência do G7 e a fragilidade das grandes potências em resolver questões sozinhas, principalmente econômicas, levando-as a aderir a iniciativas multilaterais em conjunto com os países em desenvolvimento, como o G20.

O trabalho também contribuiu diretamente para uma breve análise da política externa brasileira ao longo dos anos, sendo crucial para entender a ruptura da tradição ocorrida entre 2016 e 2022 e, consequentemente, como a volta de Lula à presidência e a retomada do Itamaraty aos seus moldes tradicionais contribuíram para o resgate da diplomacia brasileira. O período em que Jair Bolsonaro esteve à frente do poder evidenciou como um governo desfavorável ao multilateralismo, às pautas sociais e ao meio ambiente pode ser prejudicial não somente à política externa e à imagem do país no exterior, mas também ao seu próprio povo.

Por fim, o uso de fontes primárias (relatórios do G20, do FMI e declarações finais), bem como o uso de fontes secundárias (artigos científicos e livros) foram cruciais e suficientes para o objetivo do trabalho. As fontes primárias ajudaram a trazer dados oficiais diretamente da fonte, já a contribuição da análise de especialistas por meios dos livros e artigos complementam a riqueza do estudo.

NOTAS

¹Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: kenzoviana@hotmail.com.

²A Arábia Saudita foi escolhida não apenas por sua economia, essencialmente baseada no petróleo, mas também como uma forma de representar o Oriente Médio no G20 e continuar exercendo seu papel de liderança na região. Além do mais, é visível que a escolha dos países membros do G20 não era apenas econômica, mas também política, tendo em vista que o Irã, em 1999, possuía um PIB de 275 bilhões de dólares, bem maior que o da Arábia Saudita, que possuía 161 bilhões de dólares (FMI, 2024).

³União Europeia e União Africana, apesar de se-

rem membros plenos, não podem exercer a presidência de uma cúpula, por serem blocos econômicos formados por diversos países.

⁴Um programa de investimentos coordenado pelo governo brasileiro, com o apoio de estados, municípios, movimentos sociais e do setor privado que estipulou um investimento de 417,5 bilhões de reais em ações de transição energética de 2023 a 2026, período no qual também estão previstos gastos de 20,9 bilhões de reais no desenvolvimento de combustíveis de baixo carbono (Brasil, 2024).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Miséria da diplomacia – A destruição da diplomacia no Itamaraty**. 2019. Boa Vista: Editora UFRR.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil e o FMI desde Bretton Woods: 70 anos de história, **Revista Direito GV**, v. 10, n. 2, p. 337-364, jul/dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/WVZH8Rs6wJWshpGfrTLtM8F/>. Acesso em: 12 maio. 2025.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Sustainable growth in the G20: Brazil's role in Melbourne and Kleinmond, **Mundorama**, [S.l.], n. 5, p. 1-10, 2007.
- AMORIM, Celso Luiz Nunes. **A Diplomacia Multilateral do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. G20. **Declaração de Líderes do Rio de Janeiro**. 2024. Disponível em: https://g20.gov.br/media/declaracao_lideres_g20_2024.pdf. Acesso em: 5 jun. 2025.
- BRASIL. G20. **G20 Social**. 2024. Disponível em: <https://g20.gov.br/pt-br/g20-social>. Acesso em: 3 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Brasil na presidência do G20**. Brasília, DF: Governo do Brasil, 2024. E-book. Disponível em: <https://g20.gov.br/pt-br/sobre-o-g20/e-book-brasil-na-presidencia-do-g20>. Acesso em: 31 maio 2025.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Página inicial do G20 Brasil**. G20 Brasil, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://g20.gov.br/pt-br>. Acesso em: 31 maio 2025.
- BRASIL. **Boletim 142: O Brasil no G20 e a liderança na transição energética**. Brasília, DF: Governo do Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/g20/pt-br/noticias/o-brasil-no-g20-e-a-lideranca-na-transicao-energetica>. Acesso em: 3 jul. 2025.
- BURGES, Sean W. **Brazilian Foreign Policy after the Cold War**. Gainesville: University Press of Florida, 2009.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **A política exterior do Brasil**. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 2008.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. **Brazil hostage to IMF's designs**. *Le Monde Diplomatique*, Paris, n. 12, p. 1-3, dec. 1999. Disponível em: <https://mondediplo.com/1999/12/01brazil>. Acesso em: 14 maio. 2025.
- G20 INFORMATION CENTRE. **Brazil's performance at the Cannes G20 Summit**, November 3-4, 2011. Toronto: University of Toronto, 2011. Disponível em: <https://g20.utoronto.ca/analysis/111109-cannesperf-brazil.html>. Acesso em: 21 maio 2025.
- G20. **G20 Leaders' Communiqué: Hangzhou Summit**, 4-5 September 2016. Hangzhou: G20, 2016. Disponível em: http://www.g20chn.org/English/Dynamic/201609/t20160906_3396.html. Acesso em: 21 maio. 2025.

G20. **G20 Presidency – G20 South Africa**. 2025. Disponível em: G20 Presidency – G20 South Africa . Acesso em: 19 set. 2025.

G20. **2009 London Summit**. Londres, 2009. Disponível em: <https://g20.org/summit-and-logos/2009-london/>. Acesso em: 31 de mar. 2025.

G20. **Visão Geral**: Sobre o G20. 2025. Disponível em: <https://g20.org/about-g20/overview/>. Acesso em: 17 mar. 2025.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá. G20 Brasil 2024: legado e continuidade. 2024. **CEBRI Revista**, Ano 3, n. 12, p. 9-14.

HIRST, Monica. Brazil's social agenda in the G20: the Toronto and Seoul Summits. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v. 43, n. 2, p. 287-315, maio. 2011.

HIRST, Monica. Brazilian foreign policy under Dilma Rousseff: a shift to pragmatism? **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v. 45, n. 3, p. 451-479, ago. 2013.

HIRST, Monica; MACIEL Tadeu. A política externa do Brasil nos tempos do governo Bolsonaro. São Paulo, SP: **SciELO Preprints**, 2022.

HOCHSTETLER, Kathryn. Brazil and the Paris Agreement: continuity in Hamburg. **Environmental Politics**, Abingdon, v. 27, n. 4, p. 656-676, jul. 2018.

HOCHSTETLER, Kathryn. Brazil's G20 presidency: a return to environmental leadership. **Environmental Politics**, London, v. 33, n. 5, p. 1-18, 2024.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **Accelerating the global response to the job crisis**: G20 report. Washington, DC, 2010. Disponível em: https://webapps.ilo.org/public/libdoc/jobcrisis/download/g20_report_accelerating.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. Data Mapper: NGDPD@WEO – **Nominal GDP (current prices)**. Washington, D.C: IMF, 2025. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPD@WEO/AUS/ARG/BRA/CAN/CHN/FRA/DEU/IND/IDN/ITA/JPN/KOR/MEX/RUS/SAU/ZAF/TUR/GBR/USA/EU?> Acesso em: 12 de set. 2025.

KIRTON, John. **The G20, the G8, the G5 and the Role of Ascending Powers**: G20 Research Group. Toronto. University of Toronto, 2010.

LYRIO, Mauricio Carvalho; PONTES, Kassius Diniz da Silva. **O G20**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2024.

MAGENTA, Matheus. **G20**: isolado, Bolsonaro tem agenda esvaziada e é ironizado pela imprensa italiana. BBC News Brasil, [S.l.], 31 out. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59106310>. Acesso em: 22 maio 2025.

OLIVEIRA, Danilo Sorato Moreira. As Semelhanças Entre os Governos Temer e Bolsonaro na Política Externa (2016-2019). **Revista Neiba**, Cadernos Argentina Brasil, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/neiba/article/view/47941>. Acesso em: 18 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Brazil: COVID-19 response overview**. Genebra: World Health Organization, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/brazil-covid-19-response-overview>. Acesso em: 22 maio. 2025.

PERREAULT, Laura-Julie. **G20: le bébé de Paul Martin a 20 ans**. La Presse, Montreal, 22 jun. 2019. Disponível em: <https://www.lapresse.ca/international/2019-06-22/g20-le-bebe-de-paul-martin-a-20-ans>. Acesso em: 27 mar. 2025.

RADELET, Steven; SACHS, Jeffrey. O ressurgimento da Ásia. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 14 nov. 1997. **Foreign Affairs**, n. 14, p.3-9

ROUBINI, Nouriel.; MIHM, Stephen. **A economia das crises: um curso-relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso de Lula no G-20**. In: Cúpula do G20, 2008, São Paulo. Correio Braziliense, 8 nov. 2008. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2008/11/08/internas_economia,47174/confira-integra-do-discurso-de-lula-no-g-20.shtml. Acesso em: 12. set. 2025.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **BRICs saem do G20 com menos que queriam no FMI, mas Lula comemora**. In: Cúpula do G20, 2009, Pittsburgh. G1, 25 set. 2009. Disponível em: https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1319227-9356,00.html. Acesso em: 20 maio 2025.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Cúpula do G20**. Planalto, Brasília, DF, 19 nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-encerramento-da-cupula-do-g20>. Acesso em: 22 maio 2025.

STUENKEL, Oliver. Brazil's absence at the Bali G20 Summit: the end of Bolsonaro's foreign policy. **Global Summitry**, Oxford, v. 9, n. 1, p. 45-65, 2023.

STUENKEL, Oliver. **Brazil's foreign policy under Lula: the return of multilateralism**. London: Routledge, 2024.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/sWn5MtCXtMZdzdSm3CtzZmC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2025.